

CAMINHOS PARA PENSAR A PRODUÇÃO DO ESPAÇO EM HENRI LEFEBVRE E AS RELAÇÕES CORPO-CIDADE

Juliana Torres Piresⁱ
Mestranda em Geografia
Pontifícia Universidade Católica
do Rio de Janeiro (PUC-Rio)

Resumo

Este artigo tem como objetivo apontar caminhos para pensar a noção de produção do espaço a partir das contribuições do filósofo Henri Lefebvre. Consideramos que o espaço é um produto social, mas também é produtor, portanto é meio, condição e produto das relações sociais de produção, está sempre aberto, em permanente devir. Dessa maneira, ao pensarmos o espaço nessas dimensões, não podemos desconsiderar a existência de um corpo, de uma corporeidade para que esta produção do espaço se realize, pois o homem se relaciona com o espaço através do corpo. Destarte, é importante uma reflexão entre corpo e cidade, sendo a cidade concebida como lugar da apropriação da vida por meio do corpo e seus sentidos, marcando uma presença, acreditando-se que corpo e cidade são dimensões materiais, geográficas, sociais e políticas.

Palavras-chave: produção do espaço; Henri Lefebvre; corpo; cidade.

DIRECTIONS FOR THINKING THE PRODUCTION OF
SPACE IN HENRI LEFEBVRE AND THE BODY-CITY RE-
LATIONS

Abstract

This paper aims to point out ways to think about the notion of space production from the contributions of philosopher Henri Lefebvre. We consider that space is a social product, but also a producer, therefore, it is a mean, a condition and a product of the social relations of production, it is always open, in permanent becoming. Thus, when we think of space in these dimensions, we cannot flout the existence of a body, of a corporeality for this production of space to accomplish, since human being concerns to space through the body. So, a reflection between body and city is important, being the city conceived as a place of appropriation of life through the body and its senses, marking a presence, believing that body and city are material, geographical, social and political dimensions.

Keywords: space production; Henri Lefebvre; body; city.

ⁱ *Endereço institucional:* Rua Marquês de São Vicente, n. 225. Edifício da Amizade, ala Frings, sl. F411. Gávea. Rio de Janeiro, RJ, Brasil. CEP: 22451-900.
Endereço eletrônico: julianatorres-p@hotmail.com

Introdução

Este artigo é resultado de discussões e reflexões acerca da noção de produção do espaço em Henri Lefebvre. Usaremos as teorias sobre a noção lefebvriana de produção do espaço como base deste trabalho, articulando com outros autores que corroboram com as ideias do filósofo. Sendo assim, partimos do princípio que a produção do espaço é primordial para a compreensão do chamado mundo moderno, no sentido de ponto de vista de realização do processo de acumulação do capital e de realização das relações, da vida. Acreditamos que as relações sociais existem a partir da construção de espacialidades e os fenômenos espaciais são, ao mesmo tempo, produtos e produtores.

Destarte, consideramos importante, em um primeiro momento, iniciarmos com algumas reflexões sobre o método, já que tanto para Lefebvre quanto para Marx, a questão do método é muito importante no desenvolver das análises. O método materialismo histórico dialético nos força sempre a questionar, seja em relação a uma coisa ou a um evento, qual processo constitui o objeto a analisar e como ele é sustentado. Apenas através da compreensão dos processos e relações que o objeto internaliza é possível entender os seus atributos qualitativos e quantitativos.

Em um segundo momento, se faz necessário apontar caminhos para pensar a noção de produção do espaço lefebvriana. O autor trabalha a noção de produção do espaço através de tríades que funcionam como uma lupa para melhor desvendar cada dimensão que gostaríamos de analisar. Para Lefebvre, o espaço também pode ser visto como força produtiva e através do espaço que a sociedade se reproduz. O espaço não pode e nem deve ser concebido como vazio, como receptáculo e sim como socialmente produzido, aberto, em constante (re)construção, em devir.

No terceiro momento, propomos fazer uma breve discussão sobre espaço, urbano e cidade, de maneira que, inicialmente, achamos necessário distinguir cidade de urbano, sendo “urbano” o processo que transcende a cidade, e também lugar da expressão de conflitos. Nas poucas observações que faremos sobre o “direito à cidade”, procuramos deixar claro que não é somente um direito à educação, à saúde, ao lazer, mas sim um direito à vida, a uma boa vida.

Por fim, no quarto momento, propomos uma aproximação entre corpo e cidade. Partindo do princípio que o corpo é uma escala primária e através dele que as ações se realizam e se produzem, não havendo produção do espaço sem um sujeito corporificado e suas corporeidades, acreditando-se que o corpo e a cidade são dimensões materiais, geográficas, sociais e políticas. Lefebvre, em suas obras, também analisa o espaço como mercadoria, ou seja, o consumo do espaço de forma hierarquizada, o espaço como um instrumento para dominação do Estado, sendo as vivências corporais produto e produtoras dos espaços urbanos.

1. Sobre o método

Na teoria social de Marx a questão do método se apresenta muito problemática. Problemas que não se devem somente a razões de natureza teórica ou filosófica, mas de cunho também “ideopolítico”, na medida em que a teoria social de Marx está vinculada a um projeto revolucionário e as análises e críticas da sua concepção teórico-metodológica estiveram às reações que tal projeto despertou e continua despertando.

Para Marx, o método de pesquisa que propicia o conhecimento teórico, partindo da aparência, visa alcançar a essência do objeto. Sendo assim:

Alcançando a essência do objeto, isto é: capturando sua estrutura e dinâmica, por meio de procedimentos analíticos e operando sua síntese, o pesquisador a reproduz no plano do pensamento; mediante a pesquisa, viabilizada pelo método, o pesquisador reproduz, no plano ideal, a essência do objeto que investigou. (Netto, 2009, p. 5)

No materialismo histórico dialético a teoria é uma modalidade especial de conhecimento do objeto que busca compreender a estrutura dinâmica de sua existência real efetiva, independente das representações do pesquisador. Lukács (2015), afirma que a essência das categorias no método materialismo histórico dialético correspondem a representação da realidade, que deve ser confirmada na práxis humana, para se tornarem categorias lógicas.

Milton Santos em *A Natureza do Espaço* (2002), faz considerações sobre o método marxiano dizendo que em tal método o objetivo é analisar os processos e não somente a coisa em si. Então seria importante o pesquisador se indagar: qual o jogo de poder que está por trás da coisa? Karel Kosik (1969) usa o termo “passividade do conhecimento humano” ao dizer que para o homem conhecer as “coisas em si”, deve primeiro transformá-las em “coisas para si” e para se aproximar das “coisas em si”, é preciso, não só analisar, mas sim entrar em contato mediante uma determinada atividade (modo de apropriação do mundo pelos homens), que permite que o homem através de sua intencionalidade e da ação enxergue a essência do fenômeno.

A fundamentação teórico-metodológica de uma pesquisa que se utiliza do método marxiano se baseia em análises da realidade e concretidades. Para Karel Kosik (1969, p. 35):

O conhecimento da realidade, o modo e a possibilidade de conhecer a realidade dependem, afinal, de uma concepção da realidade, explícita ou implícita. A questão: como se pode conhecer a realidade?

O autor afirma que jamais compreenderemos a estrutura concreta da realidade social em si mesma. Acumular todos os fatos não significa conhecer a realidade e todos os fatos reunidos em seu conjunto não constituem, ainda, a totalidade. Em “O Capital”, Marx começa com a análise da mercadoria, ou seja, começa por uma “célula” da sociedade capitalista, início abstrato, “cujo desenvolvimento reproduz a estrutura interna da sociedade capitalista” (Kosik, 1969, p. 31). Marx começa com a mercadoria por que ela é início da interpretação e, simultaneamente, o resultado de uma investigação, pois para a sociedade capitalista a mercadoria é a realidade absoluta, visto que ela é a unidade de todas as determinações, de todas as contradições.

O materialismo histórico dialético é o pensamento crítico que se propõe a compreender a “coisa em si”, a desvendar a essência além da aparência e suas representações. Kosik (ibidem) explica que o trabalho humano cria o mundo materialmente sensível, as relações e as instituições sociais e as concepções, ideias e emoções correspondentes; portanto, na autocriação humana tem-se uma unidade entre objetividade e subjetividade.

A obra *A Ideologia Alemã* (2015) de Marx e Engels se destaca como uma obra fundamental para entender o caráter ontológico do método materialista histórico dialético:

O primeiro pressuposto de toda a história humana é naturalmente a existência de indivíduos humanos vivos. O primeiro estado de coisas a se constatar é, portanto, a organização corporal desses indivíduos e a relação com a natureza restante que aquela lhes dá. [...] Ao produzirem os seus meios de vida, os homens produzem indiretamente a sua vida material mesma. (p. 187)

A realidade não é apenas exterioridade; a mediação das necessidades humanas com a natureza pressupõe também as formas subjetivas. Mas essa subjetividade está sempre em relação com as determinações existentes, o que também origina a complexidade da relação entre sujeito e objeto. (SILVA, 2018).

Apesar de Marx não ter sistematizado o método, existem algumas obras que apontam suas dimensões. Em *Contribuição a Crítica da Economia Política*, Marx (2008, p. 409 – 410):

Quando estudamos um país dado do ponto de vista da economia política, começamos por sua população [...]. Parece mais correto começar com o real e o concreto, com o pressuposto efetivo [...]. Todavia, bem analisado, este método seria falso. A população é uma abstração se deixo de lado as classes que a compõem. Estas classes são, por sua vez, uma palavra vazia se ignoro os elementos sobre os quais repousam, por exemplo: o trabalho assalariado, o capital etc. Estes supõem a troca, a divisão do trabalho, os preços etc. [...] Se começasse, portanto, pela população, elaboraria uma representação caótica do todo e por meio de uma determinação mais estrita, chegaria analiticamente, cada vez mais, a conceitos mais simples; do concreto representado chegaria a abstrações [universalidades] cada vez mais tênues, até alcançar as determinações mais simples. [...] Este constitui o caminho que foi historicamente seguido pela nascente economia política. [...] A representação plena volatiliza-se na determinação abstrata.

Ao explicar, seu método, Marx se contrapõe ao método da economia política, apontando que este último é resultado de conceitos que se autoengendram, porque partem de uma universalidade abstrata, gerando a autoilusão de que o pensamento cria a concreticidade. A mercadoria, por sua vez, é analisada a partir de sua aparência, “valor de troca”, que é apenas uma forma ilusória de manifestar-se na ordem burguesa, enquanto sua essência revela que, na realidade, a mercadoria é a unidade dialética entre o valor de uso, sua forma social concreta e útil do produto do trabalho, e o valor, uma forma particular que assume em determinado momento histórico. (SILVA, 2018).

O conhecimento produzido pelo método materialista histórico dialético, pressupõe o estudo ontológico do ser social, uma análise histórica do objeto concreto, para determinar suas categorias mais simples e mais complexas, numa relação dialética entre particularidade e universalidade, na determinação de suas mediações, visando compreender aparência e essência do objeto, revelando suas contradições, com o objetivo de superá-las. O método em Marx é, sobretudo, uma posição ético-política de superação das contradições capitalistas. (SILVA, 2018).

A pesquisa marxiana não é e nunca será neutra, ela é também um caminho político que desvenda os interesses classistas e apóia, claramente, o interesse concretamente coletivo, de emancipação social do ser. Portando, o método materialista histórico dialético e a teoria marxiana propõem um projeto societário e alternativo ao sistema do capital.

2. Caminhos para pensar a produção do espaço

Em sua obra intitulada *Espaço e Política* (2008), Henri Lefebvre ainda estava criando a noção de produção do espaço, sendo assim, indica quatro hipóteses para pensarmos sobre esta noção. Na primeira hipótese o espaço é concebido como forma pura, como transparência, seu conceito exclui a ideologia, a interpretação, o não-saber, nas palavras do próprio autor: “desembaraçada de todo conteúdo, (sensível, material, vivido, prático) é uma essência, uma idéia absoluta, análoga ao número platônico.” (2008, p. 41). Dessa maneira:

Considerando que a lógica constrói espaços de atributos, que os cientistas constroem espaços de configurações com um certo número de variáveis e parâmetros, o espaço se apresenta como coerência e modelo de coerência. Ele articula o social e o mental, o teórico e o prático, o ideal e o real. (Lefebvre, 2008, p.41)

Na segunda hipótese, o espaço é concebido como espaço social e produto da sociedade, constatável e dependente. O espaço resulta do trabalho e da divisão do trabalho, lugar geral dos objetos produzidos, objetivado, funcional. Assim:

Qualquer que seja a conclusão que se tire dessa hipótese, o espaço é o objetivo, ou melhor, a objetivação do social e, conseqüentemente, do mental. Para conhecê-lo, é imprescindível a *dérmache* descritiva. Uma forma se desprende ou se constrói a partir dos conteúdos que o conhecimento descobre ou recorta. Ele se conhece reconhecendo-se, seja de uma maneira experimental, seja pela abstração científica metodologicamente elaborada. (Lefebvre, 2008, p.42)

Na terceira hipótese, para Lefebvre, o espaço não é um ponto de partida nem um ponto de chegada, mas um intermediário, uma mediação. Em tal hipótese o espaço é como um instrumento político intencionalmente manipulado, e a representação do espaço serviria, sempre, a uma estratégia, sendo abstrata e concreta: projetada.

Nessa hipótese, repetamos, o espaço, ao mesmo tempo funcional e instrumental, vincula-se à reprodução da força de trabalho pelo consumo. Pode-se dizer que ele é o meio e o modo, ao mesmo tempo, de uma organização do consumo no quadro da sociedade neocapitalista, isto é, da sociedade democrática de consumo dirigido. Em verdade, a aparente finalidade da sociedade, o consumo, se define pela reprodução da força de trabalho, ou seja, das condições do trabalho produtivo. (Lefebvre, 2008, p. 46)

Na quarta hipótese, o espaço é ligado à reprodução das relações sociais de produção. Tal teoria envolve a terceira hipótese de maneira mais ampla, modificando-a. Lefebvre afirma que para compreendê-la é necessário tomar como referência a reprodução das relações de produção, não a produção no sentido economicista. Seria ao mesmo tempo um espaço abstrato e concreto, homogêneo e desarticulado que, para o autor, deveria se reencontrar nas cidades novas, nas pinturas, no saber, nas arquiteturas.

É o espaço onde a conexão coercitiva se efetua por meio de um sistema de acessos às partes deslocadas: o espaço, ao mesmo tempo informe e duramente constrangedor das periferias e dos subúrbios; onde os cortiços, as favelas, as cidades de urgência completam os subúrbios residenciais; onde as normas reinam, prescrevendo as utilizações do tempo, enquanto se devota ao espaço toda espécie de discursos, interpretações, ideologias e valores “culturais”, artístico etc. (Lefebvre, 2008, p. 49)

Lefebvre também afirma que o lugar dos lazeres, assim como as cidades novas, não são associados ao lugar da produção, fazendo com que os espaços de lazeres pareçam independentes do trabalho e, portanto, “livres”. Em relação a isso:

...eles encontram-se ligados aos setores do trabalho no consumo organizado, no consumo dominado. Esses espaços separados da produção, como se fosse possível aí ignorar o trabalho positivo, são os lugares da recuperação. Tais lugares, aos quais se procura dar um ar de liberdade e de festa, que se povoa de signos que não tem produção e o trabalho por significados, encontram-se precisamente ligados ao trabalho produtivo. É um típico exemplo do espaço ao mesmo tempo deslocado e unificado. (Lefebvre, 2008, p. 50)

Para entender a noção de produção de espaço para Henri Lefebvre, é necessário romper com a concepção generalizada de espaço, sendo imaginado como uma realidade material, independente. Doreen Massey (2015) afirma que é necessário mudarmos a forma como imaginamos o espaço, pois nossa “imaginação geográfica” determina nosso modo de pensar o espaço e as relações que nele existem. Sendo GeoPUC, Rio de Janeiro, v. 11, n. 21, p. 84-104, jul-dez. 2018

assim, Lefebvre propõe o espaço como fundamentalmente ligado à realidade social, então um espaço “em si mesmo” jamais serviria como ponto de partida epistemológico, pois o espaço não existe “em si mesmo”, ele é produzido. Então, pensemos o espaço como aberto, nunca fechado em si mesmo, e sim como em permanente devir, sempre inacabado.

A relação espaço-tempo é importantíssima nas análises de Lefebvre. Este considera espaço representando simultaneidade, “ordem sincrônica” da realidade, e considera tempo como processo histórico da produção social, “ordem diacrônica”. Vale ressaltar que “sociedade” para o autor não se refere a uma totalidade de “corpos” ou matéria, nem uma totalidade de práticas e ações (Schmid, 2012), e sim os seres humanos em sua corporeidade, ideologia, imaginação, sensualidade, seres humanos que se relacionam entre si e por meio de suas práticas. Lefebvre vê espaço e tempo como produtos sociais e resultado da pré-condição da produção da sociedade, são produzidos socialmente.

Através de suas tríades, Lefebvre indica que a produção do espaço pode ser compreendida e dividida em três dimensões ou processos dialeticamente conectados, reconhecendo, portanto, que a realidade social é marcada por contradições e que só será entendida através da compreensão dessas contradições. O espaço não é apenas um receptáculo, o espaço pode ser localização física e ao mesmo tempo local geográfico da ação e uma possibilidade de se engajar na ação (fragmentação, homogeneização e hierarquização.). A produção do espaço não só engloba a produção, mas também a reprodução das relações sociais, envolvendo três dimensões do real: o concebido, o percebido e o vivido, que, conseqüentemente estão articuladas a outras tríades, dentre elas “práticas espaciais, representações do espaço e espaços de representações”.

No espaço percebido, o espaço tem um aspecto perceptível, apreendido por meio dos sentidos. Tal percepção compreende tudo o que se apresenta aos sentidos, visão, tato, audição e olfato. Este aspecto do espaço se relaciona diretamente com a materialidade dos objetos que constituem o “espaço”. O espaço não pode ser percebido sem ser concebido previamente em pensamento, dessa maneira, o espaço presume um ato de pensamento, que é ligado à produção do conhecimento. O espaço

vivido é considerado a terceira dimensão da produção do espaço, lugar da experiência vivida. Este espaço significa o mundo como ele é experimentado pelos seres humanos através de sua prática social, sua vida cotidiana.

As práticas espaciais são as práticas sociais projetadas no espaço social (ao mesmo tempo espaço físico, social e mental); simultaneidade das atividades, espaço da experiência e percepção a partir do prático-sensível. As representações do espaço estão ligadas ao espaço dos tecnocratas da razão instrumental; espaço concebido e representado; Lefebvre considera mapas, plantas, signos, dentre as representações do espaço. Nos espaços de representação (terminologia inversa da representação do espaço) trata-se da dimensão simbólica do espaço; apropriação simbólica de códigos que não são hegemônicos; espaço das sensações, da imaginação, das emoções e significados incorporados em nosso cotidiano, uma tentativa de insubordinação.

A partir dessas tríades, pode-se perceber o conflito entre apropriação e dominação, entre valor de uso e valor de troca, o que nos mostra claramente que o espaço abstrato (espaço do mundo da mercadoria) se impõe. O espaço abstrato se instala sem eliminar por completo o espaço absoluto, e, ao mesmo tempo, através de suas contradições abre brechas para o espaço diferencial.

Para Lefebvre, a noção de espaço evolui em tríades que se realizam ao mesmo tempo, com diferentes intensidades. O espaço absoluto é considerado um “espaço antigo”, o espaço abstrato, do presente, o espaço diferencial, um projeto revolucionário de futuro. A construção teórica do autor trabalha com o presente como realidade atual, o passado como herança inscrita no espaço e o futuro como “o possível”, sendo assim, sua visão está aberta a múltiplas temporalidades que coexistem em um mesmo período.

Quando falamos em tríades, significa que não existe um termo sem articulação com os demais. Dessa maneira, espaço vivido, o percebido e o concebido se reúnem nas práticas espaciais; o espaço absoluto se aproxima menos da razão e mais do corpo, este espaço é mais “vivido” do que “concebido” e é mais espaço de representação do que representações do espaço. Já o espaço abstrato, como produto das vivências, é político, institucional, tem um caráter homonegeizante, embora não

seja homogêneo. As práticas espaciais definem lugares, a relação entre o global e local, a representação dessa relação, ações, sinais, etc.

As tríades são construídas com o objetivo de analisar diferentes dimensões do espaço, cada tríade funciona como uma lupa, que nos permite desvendar melhor cada dimensão analítica.

3. Uma breve discussão sobre espaço, urbano e cidade

Faz-se necessário, inicialmente, ressaltar que há de se diferenciar o que é urbano e o que é cidade. Para Henri Lefebvre (1986), urbano é um processo que transcende a cidade, urbano é expansão. Pode-se dizer que o urbano é um fenômeno que se impõe em escala mundial, a partir do processo simultâneo implosão-explosão da cidade e a partir deste processo temos a afirmação de que o mundo é urbano, não só os valores do urbano transcendem a cidade, mas a metropolização urbana. Dessa maneira:

O urbano se distingue da cidade precisamente porque ele aparece e se manifesta no curso da explosão da cidade, mas ele permite reconsiderar e mesmo compreender certos aspectos dela que passaram despercebidos durante muito tempo: a centralidade, o espaço como lugar do encontro, a monumentalidade, etc. O urbano, isto é, a sociedade urbana, ainda não existe e, contudo, existe virtualmente; através das contradições entre o habitat, as segregações e a centralidade urbana que é essencial à prática social, manifesta-se uma contradição plena de sentido. (Lefebvre, 2008, p. 84)

Lefebvre afirma que o urbano enquanto forma, trata-se de simultaneidade e pode ser muito diverso o que a forma urbana reúne e torna simultâneo, podendo ser pessoas, signos, coisas, tendo a reunião e a simultaneidade como essenciais. Portanto, o urbano é um processo, está sempre em movimento, é um devir, um modo de vida e incorpora a noção de espaço como produto e produtor.

A cidade, por sua vez, é considerada um objeto espacial e ocupa um espaço específico, para o autor, bem distinto do espaço rural. A relação entre a cidade e o

rural depende das relações de produção, o modo de produção, ou seja, da divisão do trabalho existente na sociedade.

Nesse sentido, a cidade é uma mediação entre uma ordem próxima e uma ordem distante. A ordem próxima é aquela do campo circundante que a cidade domina, organiza, explora, extorquindo-lhe sobretrabalho. A ordem distante é a sociedade em seu conjunto (escravista, feudal, capitalista, etc.). Enquanto mediação, a cidade também é o local onde as contradições da sociedade considerada se manifestam, como, por exemplo, aquelas entre poder político e os diferentes grupos sobre os quais esse poder se estabelece. (Lefebvre, 2008, p. 82).

E também afirma:

A cidade é uma obra no sentido de uma obra de arte. O espaço não é apenas organizado e instituído. Ele também é modelado, apropriado por este ou aquele grupo, segundo suas exigências, sua ética e sua estética, ou seja, sua ideologia. A monumentalidade é um aspecto essencial da cidade enquanto obra, embora o emprego do tempo dos membros da coletividade urbana não seja um aspecto menos importante. A cidade como obra deve ser estudada sob esse duplo aspecto: monumentos diversos emprego do tempo que eles implicam para os cidadãos e para os cidadãos. (Lefebvre, 2008, p. 82).

Sendo assim, para o filósofo, nas cidades antigas, o uso e o valor de uso ainda definem o emprego do tempo. Para ele, nas cidades chamadas tradicionais, a troca e o valor de troca não romperam todas as “barreiras”, nesse sentido, as cidades permanecem como obra e não como produtos. A partir dessa concepção, Lefebvre afirma que o “estilhaçamento” da cidade antiga é um fenômeno evidente (p.83). Com o surgimento da indústria, houve a generalização da troca e do chamado mundo da mercadoria e seus produtos. Ou seja, para o autor, o uso e o valor de uso quase que desapareceram integralmente, apenas existindo como exigência do consumo de mercadorias, desaparecendo assim a característica qualitativa do valor de uso. Com a generalização da troca, o solo se torna mercadoria, o espaço (imprescindível para a

vida cotidiana) se vende e se compra, ou seja, todas as características que constituíam a cidade como obra desapareceram frente à generalização do produto. (LEFEBVRE, 2008.).

Esse “estilhaçamento” das cidades antigas permitiu segregações de várias formas, os elementos da sociedade se segregaram cada vez mais e acarretaram uma dissolução nas relações sociais, acompanhando a concentração dessas relações ligadas às relações de apropriação.

É justamente a sobredeterminação do valor de uso em relação ao valor de troca, no que concerne à cidade (vista cada vez mais claramente como mercadoria), que torna ainda mais evidente este momento em que o capitalismo tem sobrevivido a suas crises de sobreacumulação através da produção do espaço. Por isso, uma série de transformações são impostas à cidade, submetendo-a a uma funcionalização que sirva à reprodução do capital. Nesse sentido, o cidadão encontra-se cada vez mais vivenciando um espaço de dominação. Dominação que, em geral, acaba não sendo percebida enquanto tal, passando a ser vista como algo natural. Esse obscurecimento é que dá sustentação ao não questionamento da propriedade privada; aliás a produção capitalista não pode permitir a destruição da instituição da propriedade privada, pois sua própria existência está fundamentada na propriedade privada dos meios de produção. (Ferreira, 2007).

A propriedade define as relações sociais, a história da cidade revela a história da propriedade privada da riqueza, tomando a cidade como lugar do poder e do controle exercido pelo Estado e suas instituições. A sociedade urbana vive a cidade como exterioridade (fonte de privação), o que atualiza os termos da alienação gerando lutas no espaço, ou seja, pelo espaço da vida, na cidade. O processo de urbanização da sociedade está diretamente ligado à reprodução do capital, ou seja, o espaço urbano como condição (e produto) da realização de acumulação, dessa maneira, o capitalismo reproduz, constantemente, a própria cidade enquanto mercadoria. A idéia de “direito à cidade” aparece na reflexão urbana porque, antes se coloca à sociedade em sua prática.

David Harvey (2014), afirma que a idéia de “direito à cidade” surge basicamente das ruas, dos bairros, como um apelo, um grito de socorro e amparo de pessoas oprimidas em tempos de desespero. Para ele, a humanidade vem sendo cada vez mais absorvida pelas contracorrentes da vida urbanizada.

Vivemos em uma época em que ideais de direitos humanos se deslocaram do centro da cena tanto política como eticamente. Uma considerável energia é gasta na promoção do seu significado para a construção de um mundo melhor. Mas, para a maioria, os conceitos em circulação não desafiam a hegemonia liberal e a lógica de mercado neoliberal ou o modo dominante de legalidade e ação estatal. Apesar de tudo, vivemos num mundo onde os direitos de propriedade privada e a taxa de lucro se sobrepõem a todas as outras noções de direito. Precisamos explorar um outro tipo de direito humano, o direito à cidade. (Harvey, 2008, p.73)

Afirma também:

A questão de que tipo de cidade queremos não pode ser divorciada do tipo de laços sociais, relação com a natureza, estilos de vida, tecnologias e valores estéticos desejamos. O direito à cidade está muito longe da liberdade individual de acesso a recursos urbanos: é o direito de mudar a nós mesmos pela mudança da cidade. Além disso, é um direito comum antes de individual já que esta transformação depende inevitavelmente do exercício de um poder coletivo de moldar o processo de urbanização. A liberdade de construir e reconstruir a cidade e a nós mesmos é, como procuro argumentar, um dos mais preciosos e negligenciados direitos humanos. (Harvey, 2008, p.74)

Para o autor, a urbanização sempre foi um fenômeno de classe, pois o excedente é extraído de algum lugar e de alguém, enquanto que o controle sobre sua distribuição está concentrado em poucas mãos.

Em sua obra *O Direito à Cidade* (1991), Lefebvre ressalta alguns processos que levam à problematização urbana e caracteriza também a sociedade urbana, principalmente quando afirma que o tecido urbano não se limita à sua morfologia, mas dá

sustentação a um modo de viver, e que o espaço induz a comportamentos e hábitos. Também nos lembra que o urbano é o lugar da expressão de conflitos, onde usa como exemplo o conflito entre classes dominantes e operárias, tendenciando a expulsão da classe operária dos centros “urbanos”, concentrando conjuntos operários no subúrbio da cidade e, conseqüentemente, restringindo o conceito de habitar. Podemos pensar, atualmente, esta descaracterização do modo de habitar nos conjuntos habitacionais e nos condomínios fechados, onde há o isolamento das funções urbanas como morar, trabalhar, lazer, etc. Este controle do espaço age como instrumento para dispersar a classe trabalhadora e também para organizar os fluxos, subordinando-os as regras.

Lefebvre ressalta a boa intenção dos arquitetos e urbanistas que procuram reorganizar o espaço urbano, porém trabalham com uma realidade fragmentada e se baseiam em uma sociedade pré-concebida. Ressalta também sobre o urbanismo dos promotores de venda que não só vendem a moradia, mas um estilo de vida, uma forma de viver, uma cidade “feliz”, segura e livre da desordem, pois estes concebem a cidade para o mercado, visando apenas o lucro (valor de troca.).

Segundo Lefebvre, a classe operária é fundamental na transformação revolucionária da sociedade, pois é a classe operária que “sofre da explosão das antigas morfologias da cidade, ela é vítima de uma segregação, estratégia de classe permitida por esta explosão.” (1991, p.138). Dessa maneira, o autor defende a revolução sob a hegemonia dessa classe, mediante à conquista de direitos, direito ao trabalho, à educação, à saúde, à habitação, ao lazer, à vida. Esses direitos figuram o direito à cidade lefebvriano. O direito à cidade, para ele, só pode ser formulado como direito à vida urbana, renovada e transformada. O direito à cidade, significa, na verdade, direito à produção do espaço.

4. Algumas reflexões sobre o corpo e/na cidade

Para iniciar este item, precisamos explicitar considerações importantes, para nossa análise, sobre a noção de produção do espaço:

- a) O espaço é um produto social, mas é também produtor, visto que ao ser produzido com determinadas intencionalidades interfere na vida cotidiana. (também é reprodutor, através da manutenção das relações de dominação.).
- b) O espaço pode ser considerado como meio, condição e produto das relações sociais (de produção.).
- c) O espaço está sempre aberto, nunca fechado, em permanente devir.

Mark Gottdiener (1997), afirma que Lefebvre considera o espaço como força reprodutiva, pois por meio do espaço que a sociedade se reproduz, o espaço é uma dimensão da produção social. É necessário corporificar os sujeitos que contemplam esta sociedade para compreendermos melhor e de forma mais específica as contradições vividas no espaço urbano, na vida cotidiana, e percebermos que estes processos ocorrem de forma desigual.

O corpo é um significativo ponto de partida para as análises sobre produção do espaço no sentido lefebvriano, pois Henri Lefebvre, em suas obras, elucidou a importância das ações revolucionárias (no sentido marxiano) ou não, dos sentidos, das sensações, da dimensão da percepção através do corpo, da corporeidade. Seria, talvez, inútil justificar uma reflexão sobre o corpo, já que é através dele que sentimos, desejamos, criamos, agimos. O corpo também pressupõe uma subversão e apropriação dos espaços. Segundo Carlos (2014, p. 474) “o modo como o corpo transita nos espaços-tempos de realização da vida cotidiana permeados por acessos normatizados como produtos das cisões que marcam a vida em espaços diferenciados.”. Dessa forma, o corpo pode vir a ser, simultaneamente, subordinação/subversão.

O homem se relaciona com o espaço através do corpo, este é a mediação necessária a partir da qual nos relacionamos com o mundo e com os outros – uma relação com os espaços-tempos definidos no cotidiano. Desse modo, o corpo transita por diferentes escalas, ligando-as. Em primeiro o lugar, a casa (a partir de onde o sujeito começa a construir suas relações familiares e primeiras referências); depois a rua, na qual se vê em relação com o outro, instituindo tramas identitárias; depois a escala do bairro, que vai ga-

nhando dimensão como relação de vários espaços-tempos mediados pela troca social (de todos os tipos); e, articulando essas escalas, o corpo depara-se com a cidade, multifacetada e múltipla, de ações simultâneas e imagens que seduzem e orientam. Delineia-se assim uma justaposição de momentos da vida e escalas espaciais. (Carlos, 2014, p. 474).

E,

Portanto nossas relações vão ganhando dimensões espaciais cada vez mais extensas, ligando-nos a espaços mais amplos associados a tempos contínuos e descontínuos – esse conjunto de relações envolve e concretiza como presença real o indivíduo, inicialmente pela corporeidade nos espaços-tempos da vida. A escala da vida cotidiana realiza-se concretamente, portanto, a partir de relações espaço- -temporais, isto é, o modo como minha vida se desenrola revela uma dimensão espacial – a física nos deixa claro que todo corpo ocupa um lugar no espaço –, o que nos coloca a questão de como a realização da vida pode ter, nessa condição, um pressuposto. Daqui é possível discernir que todas as nossas relações ocorrem em lugares no espaço, marcados por tempos definidos. A cidade, como lugar da apropriação da vida, por meio do corpo e todos os seus sentidos, marca uma presença. (Carlos, 2014, p. 475).

Nossa existência tem uma corporeidade, porque agimos através do corpo.

Dessa maneira:

O corpo como ponto de partida ilumina a cidade, como materialidade. Isso porque as relações sociais têm uma existência real como existência espacial concreta. Quer dizer que as relações sociais ocorrem num lugar determinado sem o qual não se concretizariam, num tempo fixado ou determinado que marca a duração da ação. Desse modo, espaço e tempo aparecem por meio da ação humana em sua indissociabilidade, revelando uma ação que se realiza como modo de apropriação. Como produto social e histórico, produzido no decurso do processo civilizatório – como momento do processo de constituição da humanidade do homem –, o qual contempla um mundo objetivo que só tem existência e sentido a partir do e pelo sujeito – apropriando-se dos lugares de realização da vida humana. Nessa direção, o

sentido da cidade é aquele conferido pelo uso, isto é, pelos modos de apropriação do ser humano visando a produção de sua vida (e o que isso implica). Ela é um lugar que se reproduz como referência e, nesse sentido, lugar de constituição da identidade que sustenta a memória, revelando a condição do homem. (Carlos, 2014, p. 477).

Carlos (2015) também nos diz que o ato de reprodução da vida é um modo de apropriação do espaço, na medida em que o uso do espaço se realiza através do corpo (para a autora e para nós, uma extensão do espaço), e se realiza também através de todos os sentidos humanos. A ação humana se realiza enquanto modo de apropriação do espaço, tendo como finalidade a concretização da existência humana, da reprodução da vida. A existência humana é espacial, e, portanto, nenhuma relação social realiza-se fora de um espaço real e concreto. Dessa maneira, o espaço é produto e expressão prática daquilo que a civilização, ao longo do processo histórico, foi capaz de criar, fazer, ser. Acredita-se que o espaço é expressão, conteúdo das relações sociais e produto social e histórico, passado e presente imbricados, sem deixar de conter o futuro que emerge como condição de vivência das trajetórias. Sendo assim, “o ato de produção da vida é, conseqüentemente, um ato de produção do espaço, além de um modo de apropriação.” (Carlos, 2015, p. 40). A noção de produção, nesse sentido, se abre para a noção de apropriação, que se revela em atos e situações:

O uso se realiza através do corpo (extensão do espaço) e de todos os sentidos humanos, e a ação humana se realiza produzindo um mundo real e concreto que delimita e imprime os “rastros” da civilização. (p.41).

Pressupõe-se então que a espacialidade das relações sociais pode ser compreendida, efetivamente, no plano da vida cotidiana e articulada e redefinida como plano da reprodução das relações sociais, compreendida “na multiplicidade dos processos que envolvem a reprodução do espaço em seus mais variados aspectos e sentidos, como prática sócio-espacial.” (2015, p.41).

Neil Smith (1988) faz uma crítica ao modo como analisamos os fenômenos alegando que os mesmos são imbricados, mas pouco perceptíveis devido à nossa tradição de análise calcada nos recortes de objeto, assim deve ser analisada a articulação de escalas, sem negar a própria divisão referente à escala do corpo, da casa, da comunidade, do espaço urbano, da região, da nação e das fronteiras globais que permite a percepção de igualizações e diferenciações geográficas cuja espacialidade perpassa, necessariamente, pela própria articulação entre produção da natureza, produção do espaço e gênese da escala geográfica. Para o autor, em uma análise escalar, o corpo ocupa seu primeiro nível, lugar primário de identidade pessoal, marca a fronteira com o Outro no sentido físico e social e nele se concentra a construção do espaço pessoal e fisiológico. Questões de gênero, raça, e outras diferenças sociais, são construídas em torno da identidade corpórea. Richard Sennet (1997) faz uma breve consideração, afirmando que vivências corporais específicas são produto e produtoras dos espaços urbanos.

Os corpos são vários. Há o corpo da cidade, os corpos na cidade e a relação – ela mesma, um corpo – cidade-corpo. O corpo da cidade é movente. Ele não é feito apenas do sítio onde a cidade é erguida, mas da vida dos que fazem o mundo que experimentamos na cidade. Na cidade, misturamo-nos sempre – mesmo quando não há desejo de mistura –, desenhando, com nossa heterogeneidade, uma configuração plural e cambiante. Híbrida e contraditória. Antagonismos diversos se inscrevem no corpo da cidade, justamente onde o conflito se pronuncia de maneira mais ou menos ruidosa. (Hissa e Nogueira, 2013, p. 58).

Milton Santos (2002), afirma que o espaço é condição à ação, aos acontecimentos. A partir da ideia de espaço, podemos compreender o corpo como possibilidade da transgressão necessária de determinações normativas e territoriais – transgressão ativada unicamente por meio do uso, da apropriação, da conexão entre objetos e ações. Vale lembrar que a apropriação do corpo não é unilateral, ou seja, quando nos apoderamos do espaço, o espaço também age sobre nós e nos domina de formas diversas.

Considerações Finais

Consideramos o espaço como produto social, produto e produtor das relações sociais (de produção), o espaço também é produzido com intencionalidades, visto que é produzido por sujeitos, portanto, a sociedade, por definição, é espacial, e todos os processos sociais são espaciais, gerando formas espaciais.

Procuramos de certa forma, demonstrar o quanto que a noção de direito à cidade é importante para pensarmos caminhos para cidades e espaços onde o valor de uso se sobreponha ao valor de troca, onde a cidade enquanto obra se sobreponha ao produto. Direito à cidade, para o próprio filósofo, na verdade, é o direito à produção do espaço, uma possibilidade de pensarmos algo para além do capitalismo, escapando da alienação.

Quando, brevemente, tratamos a cidade como mercadoria, apontamos um caminho para pensar as representações que estão impregnadas no espaço da cidade. Para Henri Lefebvre, as representações existem com determinados objetivos e nossas vidas estão tomadas de representações. As representações são falsas e verdadeiras simultaneamente, também não deixa de ter o caráter de mediação, elas carregam passado, presente e futuro. Tal conceito também permeia reflexões de Lefebvre sobre os espaços de representação e as representações do espaço, através de uma análise crítica sobre presença e ausência, entre aparência e essência.

Guy Debord (1991) afirma que o espetáculo é ao mesmo tempo parte da sociedade, a própria sociedade e seu instrumento de unificação. A espetacularização da vida cotidiana, ligada ao consumo, é a afirmação da aparência e também toda a vida humana, socialmente falando, como simples aparência. No cotidiano somos imbricados nos processos de alienação, mas é no cotidiano que podemos encontrar o escape da alienação. Para o autor, o espetáculo nega a utopia. Raoul Vaneigen (2002), também ressalta a importância da vida cotidiana no processo de desalienação e a-

ponta para o consumo (sinônimo de felicidade) como acúmulo de mais trabalho, mais exploração para consumir.

Muitos autores afirmam o direito à cidade como uma utopia, como desejo humano de realização prática de uma vida não alienada, desejo de superação de todas as condições de privação na qual se encontra o indivíduo: situações que privam o homem de sua humanidade. Quais seriam os espaços produzidos numa sociedade não alienada? Há no urbano uma multiplicidade de práticas prestes a transbordar de possibilidades alternativas, essas possibilidades se dão no cotidiano através das diferentes relações que são estabelecidas entre as pessoas. David Harvey (2014) considera heterotopia como espaços sociais de possibilidades onde “algo diferente” é não apenas possível, mas fundamental para a definição de trajetórias revolucionárias. Pessoas fazem, sentem, percebem e terminam por articular à medida que procuram significados para sua vida cotidiana. Essas práticas criam espaços heterotópicos por toda parte. Como poderíamos, então, criar estes “espaços outros” dentro de uma sociedade alienada? A transformação da vida cotidiana deve prosseguir com a transformação radical do espaço, pois uma está relacionada à outra.

Não objetivamos aqui esgotar discussões e sim abrir possibilidades/caminhos para pensarmos uma transformação da produção do espaço baseada na noção lefebvriana utópica de direito à cidade.

Referências Bibliográficas

CARLOS, A. F. A. O poder do corpo no espaço público: o urbano como privação e o direito à cidade. *GEOUSP – Espaço e Tempo* São Paulo v. 18 n. 2 p. 472-486, 2014.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. **A condição espacial**. Editora Contexto, 2015

DEBORD, Guy. **A sociedade do espetáculo**. 1991.

FERREIRA, Alvaro et al. A produção do espaço: entre dominação e apropriação. Um olhar sobre os movimentos sociais. **Scripta Nova. Revista Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales. Barcelona: Universidad de Barcelona**, v. 11, n. 245, p. 15, 2007.

- GOTTDIENER, Mark. A produção social do espaço urbano. In: **A produção social do espaço urbano**. 1997.
- HARVEY, David. **Cidades rebeldes: do direito à cidade à revolução urbana**. 2014.
- HARVEY, David. O direito à cidade. **Lutas sociais**, n. 29, p. 73-89, 2012.
- HISSA, Cássio E. Viana; NOGUEIRA, Maria Luísa Magalhães. Cidade-corpo. **Revista UFMG, Belo Horizonte**, v. 20, n. 1, p. 54-77, 2013.
- KOSIK, Karel. **Dialética do Concreto**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1969.
- LEFEBVRE, Henri. **La presencia y la ausencia. Contribución a la teoría de las representaciones**. México: FCE, 1983, p.17-104.
- LEFEBVRE, Henri. **O direito à cidade**. São Paulo, 1991.
- LEFEBVRE, Henri. **Espaço e Política**. UFMG, 2008.
- LEFEBVRE, Henri. **Le retour de la dialectique: 12 mots clefs**. FeniXX, 1986.
- LUKÁCS, György. **Para uma ontologia do ser social 1**. Boitempo Editorial, 2015.
- MARX, Karl; **Contribuição à crítica da economia política**. 2008.
- MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **A ideologia alemã: crítica da mais recente filosofia alemã em seus representantes Feuerbach, B. Bauer e Stirner, e do socialismo alemão em seus diferentes profetas**. Boitempo editorial, 2015.
- MASSEY, Doreen B. **Pelo espaço: uma nova política da espacialidade**. Bertrand Brasil, 2008.
- NETTO, José Paulo. Introdução ao método da teoria social. **Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais**. Brasília: CFESS/ABEPSS, p. 668-700, 2009.
- PIMENTEL E SILVA, Christiane. O método em Marx: a determinação ontológica da realidade social. **Serv. soc. soc**, n. 134, p. 34-51, 2019.
- SANTOS, Milton. **A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção**. E-dusp, 2002.
- SCHMID, Christian. A teoria da produção do espaço de Henri Lefebvre: em direção a uma dialética tridimensional. **GEOUSP: Espaço e Tempo (Online)**, n. 32, p. 89-109, 2012.

SENNETT, Richard. **Carne e pedra o corpo e a cidade na civilização ocidental.**

Editora Record, 1997.

SMITH, Neil. **Desenvolvimento desigual: natureza, capital e a produção de espaço.** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1988.

VANEIGEM, Raoul. **A arte de viver para as novas gerações.** São Paulo: Conrad, 2002.

Recebido em 14 fev. 2018

Aceito em 9 mar. 2018.